



TESE GUIA

SETORIAS SINDICAIS ESTADUAL E MUNICIPAL SÃO PAULO

PARTIDO DOS TRABALHADORES

DIAS 1 E 3 DE OUTUBRO DE 2021

Conjuntura Internacional

1. O Capitalismo continua gerando exclusão, fome, desemprego, miséria e precarização do trabalho em todo o mundo. Persiste a lógica agressiva das transnacionais e do sistema financeiro em atacar direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, além de financiar golpes e instituir governos subservientes e/ou autoritários como no Brasil, Hungria, Bielorrússia, Polônia, Turquia, Filipinas, Bulgária, Áustria e EUA (com Donald Trump), entre muitos outros.
2. Como alertava o ex-presidente da Confederação Sindical Internacional (CSI) e da CUT, João Felício, o capitalismo atua fortemente para desqualificar a ação dos sindicatos e das centrais sindicais, e atua sistematicamente para manter baixos os índices de sindicalização em todo o mundo, quadro esse que precisa ser revertido.

Conjuntura Nacional

3. No Brasil, a aliança entre empresários, imprensa corporativa, partidos políticos de direita, setores do Judiciário, das forças armadas e de segurança foi estratégica para o golpe de 2016, impondo uma série de derrotas aos trabalhadores no campo dos direitos e da renda.
4. O movimento sindical e o PT foram os primeiros a apontarem o sentido do golpe com o objetivo de implantar as reformas da previdência,

trabalhista e, mais recentemente, da tentativa de reforma administrativa, o que nos remete à necessidade premente de resistência.

5. Apontamos também a inserção do Brasil no comércio internacional de forma submissa aos tratados de livre comércio e aos interesses políticos e econômicos dos EUA. Denunciamos a criminalização dos movimentos sociais, o desprezo às políticas de combate às desigualdades e às alianças estratégicas com países que enfrentam a mesma realidade de subdesenvolvimento para superação dessa situação.

6. Sob forte ataque do governo Bolsonaro, os povos indígenas e quilombolas têm resistido na preservação de seu modo de vida. É importante registrar que sindicalistas petistas, mesmo ao custo da própria vida, atuam em unidade com esses povos na resistência às invasões das reservas demarcadas. Invasões essas incentivadas pelo governo federal para atender interesses de madeireiros e do agronegócio.

7. A lógica da austeridade fiscal que norteou as políticas públicas nos últimos anos não só foi incapaz de promover o crescimento e o equilíbrio fiscal, como aprofundou ainda mais as desigualdades sociais. Empresas multinacionais como a Ford anunciam sua retirada do País, extinguindo mais de 5 mil postos de trabalho, assim como instituições de fomento e investimentos como o Banco do Brasil também apresentam esse macabro número de desempregados por conta do fechamento de agências.

8. Por fim, a grave pandemia do Coronavírus mergulha ainda mais o país no caos social pelas atitudes negacionistas do governo Bolsonaro e pela incompetência dos vários ministros da Saúde que lá passaram. Incapazes de elaborar um plano efetivo de enfrentamento da pandemia, integrantes do ministério da Saúde são flagrados pela CPI da Covid em conluio com atravessadores, escroques e cambistas de vacinas, cujo objetivo final é a propina e o lucro. O brasileiro ainda vê o País ameaçado pelos constantes ataques de Bolsonaro às instituições e à própria Democracia.

9. O fim do governo Bolsonaro é uma necessidade para frear a marcha da barbárie e para que o país retome o caminho do desenvolvimento econômico, social e cultural, com distribuição de renda e justiça social.

10. Nossa luta deve estar articulada com a luta geral dos trabalhadores. Para isso, o Setorial Sindical e o Partido dos Trabalhadores devem engajarem-se e não terceirizar a luta pelo fim deste governo. Fora Bolsonaro e seus generais.

11. A luta é pelas demandas mais sentidas, pela reconquista do que foi destruído e desmontado, desde o golpe do impeachment de 2016, e pelas reformas estruturais (da mídia, do judiciário, militar), a revogação das privatizações estratégicas e outras reformas que ainda não foram feitas.

Para isso, para estabelecer a soberania nacional e a justiça social é preciso Lula Livre, um novo governo e uma Constituição Soberana.

Conjuntura Estadual

12. Há 26 anos o PSDB impõe políticas econômicas e sociais de forte impacto destrutivo da capacidade do Estado de implementar políticas públicas desenvolvimentistas e redistributivas de renda. É a hegemonia absoluta em São Paulo daquilo que se convencionou chamar de neoliberalismo. O Estado, sem instrumentos de fomento e desenvolvimento, assistiu impotente à desindustrialização de São Paulo frente aos outros entes federados da Nação. Em julho de 2019, a revista Exame anunciava o recorde de fechamentos de indústrias paulistas. A Ford é o exemplo mais vistoso desse desastre planejado.

13. Privatização, terceirização, uso de organizações sociais (principalmente, no setor de saúde onde 80% já se encontra dominado por OSs) são os instrumentos recorrentemente utilizados.

14. Sem um programa de renda mínima permanente, o Estado de São Paulo assiste também ao aprofundamento das desigualdades sociais e regionais. Regiões historicamente deprimidas economicamente como o Vale do Ribeira permanecem nessa situação apresentando piora nos seus indicadores sociais. A agricultura familiar é desprezada e a questão agrária paulista ainda produz regiões de conflito e miséria como o Pontal do Paranapanema. Recordemos que Doria queria acabar com o Instituto de Terra e foi impedido de cometer tal ato pelos movimentos sindical, social e pela intensa resistência da bancada petista na Alesp.

15. Os possíveis tecno-polos que poderiam surgir nos territórios próximos às universidades públicas paulistas têm hoje sua incubação protelada ou abortada por conta de universidades sucateadas e sem recursos. Até a Fapesp foi objeto de esvaziamento e também teve sua morte evitada por conta das lutas sociais desenvolvidas e pela articulação de nossa bancada.

16. Na educação, o quadro é lamentável. Além dos indicadores educacionais não apresentarem desempenho compatível com o PIB paulista, os trabalhadores e trabalhadoras da educação enfrentam anos de ausência de políticas salariais que são, por seu turno, substituídas por políticas de bônus e gratificações que violam a carreira desses profissionais e excluem aposentados e aposentadas. Estes foram vítimas de confisco em seus parques vencimentos em plena pandemia. Pesquisa encomendada pela APEOESP e realizada pelo Instituto Vox Populi demonstra a rejeição da população à gestão da pandemia na educação. As

escolas não foram adaptadas para o retorno presencial e os professores trabalhando muito mais, assediados, percebem o baixo rendimento do “ensino híbrido” implementado pelo governo e rejeitado por estudante e pais. Os professores e professoras do estado tiveram que recorrer à greve para evitar o assédio de Doria na tentativa de forçar o retorno às aulas presenciais, retorno esse rejeitado por toda comunidade escolar (pais, alunos, funcionários e professores).

17. Do ponto de vista do funcionalismo público, não há política de valorização profissional (como plano de carreira), reajustes salariais que reponham as perdas da inflação, nem investimentos para melhorar as condições de trabalho e de atendimento à população. Sob a justificativa de equilibrar as contas estaduais, e omitindo os bilhões oferecidos como renúncia fiscal, o governo do Estado vem, ano após ano, destruindo os serviços públicos e os direitos dos trabalhadores desses serviços: aprovou o “calote” dos precatórios; a reforma da previdência; extinguiu e privatizou empresas públicas como a Sucen, EMTU, Fundação Zoológico e o Instituto Florestal; e confiscou o salário do funcionalismo com o aumento da contribuição do Iamspe.

18. A condução do combate à pandemia, utilizada para efeitos de disputa eleitoral entre Bolsonaro e Doria, também se mostrou na prática, errática e negacionista. Embora de forma publicitária, Doria apresenta-se como defensor da ciência, logo ele, tão negacionista e liberal quanto o atual governo federal. Lembremos que por ocasião do PL 529 na Alesp, a mobilização sindical e, novamente da nossa bancada, foi que conseguiu evitar a extinção da Fundação ONCOCENTRO, do ITESP, do Instituto de Medicina Criminal e da Fundação para o Remédio Popular. Outras seis instituições, lamentavelmente, entraram em processo de extinção, como por exemplo, a CDHU, que foi destruída.

19. Antes do PL 529, Doria iniciou processo de privatização do Instituto Butantã. Denúncia nos meios de comunicação e mobilização dos movimentos sociais e da bancada do PT, juntamente com outras bancadas de oposição, impediram que esse ataque fosse concretizado. Posteriormente, a instituição se tornou fundamental para combater a pandemia.

20. Agora, Doria volta a investir na destruição dos serviços públicos e dos direitos dos servidores, por meio do PLC 26/21, que repete no estado de São Paulo a reforma administrativa que Bolsonaro tenta impor no plano federal, mostrando que na essência “BolsoDoria” está mais vivo do que nunca!

21. A rejeição ao governo Doria já se apresenta em pesquisas e a divisão no campo da direita também deve ser notada. Alckmin procura se viabilizar como candidato ao governo do estado e o campo da extrema direita apresenta várias pré-candidaturas no momento. Essa situação abre grandes possibilidades para o PT, aqui em São Paulo, tanto para eleger Lula, quanto Fernando Haddad.

Conjuntura Municipal

22. No âmbito municipal, o consórcio PSDB/MDB reproduz as políticas de forte aperto fiscal, mas também tenta levar a feito políticas higienistas, na medida em que vários espaços da cidade vão se assemelhando aos campos de refugiados, como resultado das políticas econômicas desenvolvidas na esfera federal e estadual com apoio da gestão do município.

23. O combate à pandemia seguiu o padrão errático e midiático do governo estadual, não realizando testagem em massa na população, para controlar a contaminação do vírus e a ausência de ajuda aos pequenos e médios comerciantes e empresários tem sido também a marca da administração municipal. No trato com os serviços públicos assistimos ao mesmo descaso, que teve como resposta, assim como no estado, uma valorosa greve de resistência contra o assédio para o retorno sem condições de trabalho e sanitárias das unidades escolares para presencial ao trabalho. Foram 120 dias de paralisação que, novamente, colocaram os servidores e servidoras públicas como polo de resistência à tragédia que se abate sobre o país, o estado e a cidade.

24. O combate à pandemia seguiu o padrão errático e midiático do governo estadual, bem como a ausência de ajuda aos pequenos e médios comerciantes e empresários, o que tem sido também a marca da administração municipal.

25. No trato com os serviços públicos, assistimos ao mesmo descaso, que teve como resposta uma valorosa greve da educação pela vida, numa grande demonstração de resistência contra o assédio para o retorno às aulas presenciais sem que houvessem as mínimas condições sanitárias para que isso acontecesse. Foram 120 dias de paralisação que, novamente, colocaram os servidores e servidoras públicas como polo de resistência à tragédia que se abate sobre o país, o estado e a cidade.

26. A tragédia da gestão municipal na saúde em meio à pandemia é gritante. O Orçamento foi reduzido. OSs controlam a saúde pública. A Coordenadoria de Vigilância em Saúde (COVISA) foi desmontada; tentou-se fechar farmácias das unidades de saúde, UBSs e AMA's, enquanto

assistimos à oferta de medicamentos com prazo de validade vencida; 31 bases do Samu foram fechadas e restringiu-se o funcionamento de grande parte das ambulâncias; as filas para exames seguem intermináveis.

27. Na moradia, nenhuma política para enfrentar o histórico déficit habitacional que só se faz aumentar. Mudanças no plano diretor estão sendo impostas ao paulistano sem participação popular e orientadas pelos interesses da bancada de vereadores que dão sustentação ao prefeito e do mercado imobiliário. Nenhum novo corredor de ônibus foi criado, e a crise de mobilidade vai aumentando na medida em que as inovações implementadas nessa área pelo PT são desmontadas, com especial destaque para a redução de ciclovias e ciclofaixas.

28. Em junho passado, o Setorial Sindical Municipal do Partido dos Trabalhadores realizou seminário online reunindo lideranças petistas de vários sindicatos da capital, além de dirigentes do Partido e da CUT para debaterem o momento político, econômico e social em que vivem os trabalhadores no Brasil e a organização do setorial da capital. Fortalecer as campanhas pelo “Fora Bolsonaro”, “Por vacinas” e “Contra o desmonte do Estado” por meio da mobilização nas ruas foram os principais encaminhamentos do seminário, além da necessidade de elegermos Lula presidente, Haddad governador e nossos candidatos proporcionais sindicalistas.

Balanço político e organizativo

29. Fundado em 10 de fevereiro de 1980, no colégio Sion, em São Paulo, por opositores da ditadura, sindicalistas, artistas, intelectuais, militantes dos movimentos sociais e religiosos progressistas, o Partido dos(as) Trabalhadores(as), como diz o nosso manifesto de fundação *“nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados”*.

30. O PT veio para dar voz e abrir espaços na política nacional à classe trabalhadora, lutar por inclusão social, desenvolvimento e soberania nacional. Em todos esses anos, o Partido tem lutado para cumprir esses objetivos e ser fiel aos seus princípios estabelecidos quando da sua fundação, entre eles a luta pelo socialismo.

31. Presente desde a fundação do Partido até os dias atuais, o movimento sindical é um pilar importante na vida e nas lutas cotidianas do PT, constituindo-se como uma base importante, não só na defesa do Partido

junto às suas bases, mas também, no aporte constante de quadros e militantes forjados na luta em defesa da classe trabalhadora.

32. Ao longo dos seus 41 anos, o PT foi e é alvo de ataques da classe dominante brasileira, que não suporta a existência de um Partido que deixa claro já no nome qual é o seu lado na luta de classes e tenta destruir o Partido, o seu legado e apagar da vida pública as suas principais lideranças.

33. Desde a eleição do primeiro prefeito, o companheiro Gilson Menezes, trabalhador metalúrgico, em Diadema, o Partido cresceu. Elegeu vereadores(as), deputados(as) estaduais, federais, senadores(as), conquistou mais prefeituras, governos estaduais e o primeiro presidente da República, o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, que se reelegeu e, em seguida, elegeu sua sucessora, presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher a presidir o Brasil.

34. Se por um lado, o Partido conquistou corações e mentes de uma parcela grande da população brasileira, por outro, exacerbou o ódio da classe dominante contra si, desde o governo Lula, quando utilizou de todos os instrumentos possíveis para atacar o PT e seus principais líderes.

35. Operações como o “mensalão” e a operação “Lava Jato” são exemplos contundentes de como os monopolizados meios de comunicação, e mesmo instituições do Estado, parcela do judiciário, ministério público, forças de segurança foram e continuam sendo utilizados no cerco e ataque ao Partido.

36. Em todos esses episódios, a presença da militância do movimento sindical na defesa do PT e de seus quadros foi marcante. Como exemplo, é bom citar a campanha “Mexeu com Lula, mexeu comigo”, durante o “mensalão”, que ajudou fortemente na campanha de resistência. E, mais recentemente, durante a prisão injusta de Lula, a forte contribuição do movimento sindical não só na campanha “Lula livre”, que ainda segue, mas também na vigília que se estabeleceu diante do prédio da Polícia Federal, durante os 580 dias em que o nosso ex-presidente permaneceu preso em Curitiba, PR.

37. Na resistência ao golpe contra a presidenta Dilma, em 2016, o movimento sindical foi ativo. Denunciou que o golpe era, na verdade, contra os trabalhadores(as) e o povo brasileiro, com o claro objetivo de destruir direitos da classe trabalhadora, atacar a democracia, destruir a soberania nacional, entregar nosso patrimônio e riquezas e transferir parcela significativa da renda dos(as) trabalhadores(as) para a classe dominante. Ataques que vêm acontecendo desde o governo do golpista de Michel Temer. Vale lembrar que nesse contexto a reforma trabalhista,

aprovada em 2017, ataca diretamente conquistas dos trabalhadores e vem agravando-se com o governo genocida de Bolsonaro.

38. Apesar de todos os ataques que vem sofrendo, desde o golpe de 2016, e das dificuldades que isso acarreta, o movimento sindical segue firme na defesa da classe trabalhadora e na luta para derrotar o governo Bolsonaro.

39. É nesse contexto que o balanço político e organizativo do Setorial Sindical Estadual do PT é positivo, em que pese as conjunturas caóticas impostas por Bolsonaro ao país e o governo Doria ao Estado de São Paulo. A pandemia da Covid-19, outro fator que contribuiu para o desalento do nosso povo, teve influência no desdobrar dos acontecimentos, na medida em que os atos, manifestações e protestos, antes massivos, ficaram bastante restritos, mas o movimento sindical como um todo e o setorial sindical em particular tiveram que reinventar formas de luta e de organização do movimento, incorporando tecnologias de comunicação e adequando nossas ações de rua aos protocolos de segurança sanitária.

40. Ainda sob fortes ataques das reformas trabalhistas e da previdência do governo golpista de Michel Temer, o Setorial sindical estadual organizou reuniões que resultaram em análises e proposições para subsidiar nossos sindicalistas petistas no enfrentamento ao duro período que se anunciava.

41. Em 2018, durante a prisão injusta de Lula, tivemos forte contribuição do movimento sindical não só na campanha “Lula livre”, que ainda segue, mas também na vigília que se estabeleceu diante do prédio da Polícia Federal, durante os 580 dias em que o nosso ex-presidente permaneceu preso em Curitiba.

42. O Setorial Sindical estadual e a militância petista engajaram-se na campanha pela libertação de Lula, preso em abril daquele ano, organizando comitês “Lula Livre”, a partir das sedes e subsedes de sindicatos filiados à CUT em todo o Estado.

43. Ainda em 2018, o Setorial sindical estadual contribuiu e participou ativamente do “Dia do Basta” em 10 de agosto, contra o desemprego, a retirada de direitos, o congelamento dos investimentos em saúde, educação e infraestrutura, contra a reforma trabalhista, as terceirizações e privatizações (como a venda de parte significativa da Embraer e da Eletrobras), o fim da política de preços da Petrobras.

44. Logo nos primeiros dias de 2019, o setorial aponta para as dificuldades que o Brasil viria a enfrentar com a eleição de Bolsonaro à presidência da República. A primeira reunião do Setorial, dia 19 de janeiro, já alertava: “(...) *É preciso agir, elaborar propostas e realizar a mais vigorosa, insistente, ruidosa e eficaz oposição a este governo, desde já*”. O Setorial

também alertou para o caráter neoliberal e autoritário de Doria que se elegeu na esteira da onda bolsonarista ocorrida no ano anterior.

45. Também necessário destacar a participação do Setorial sindical no ano de 2019 na luta contra o fechamento da FORD em São Bernardo do Campo, fato esse que simboliza de forma contundente a ausência de política industrial em nosso estado.

46. No início de 2020 a luta social contra a reforma da previdência no Estado de São Paulo e, depois a luta contra o PL 529, que extinguiu várias empresas e instituições públicas, tiveram também a contribuição dos sindicalistas petistas e a secretaria sindical do PT também esteve representada.

47. É necessário lembrar que a prisão de Lula, a ascensão do fascismo e o advento da pandemia nos impuseram pautas que de certa maneira prejudicaram a ação organizativa do Setorial sindical pelo estado de São Paulo. Mesmo assim, a secretaria sindical procurou estabelecer contatos com os coordenadores de macro e diretórios municipais para incentivarmos a criação de coletivos sindicais petistas pelo estado. Resultados já se apresentam, como o encontro de sindicalistas da macro baixada santista previsto para ocorrer em setembro, assim como na cidade de Osasco. Na macro de São José do Rio Preto também se encontram avançadas as discussões para a organização do setorial. Em função da eleição de novos coordenadores de macro no último PED e com o fim da pandemia esse trabalho deve ser retomado. As perspectivas são ainda melhores pois agora os filiados podem participar de até dois setoriais. Militantes oriundos do meio rural (trabalhadores rurais e agricultura familiar) por exemplo que costumavam se organizavam no setorial agrário poderão também ajudar a organização do setorial sindical por regiões do estado sem tradição industrial.

48. Do ponto de vista eleitoral, o setorial sindical participou ativamente nas campanhas de 2018 objetivando eleger Marinho governador e Haddad presidente, e de 2020 para prefeitos e vereadores sindicalistas do PT.

49. A eleição em 2018 de dois sindicalistas como mais votados entre os deputados estaduais petistas é digno de destaque nesse período. Isso demonstra a capacidade organizativa dos sindicalistas petistas e nos coloca o desafio de ampliar nossa representação tanto na Alesp, quanto na Câmara Federal. Nas eleições de 2020, mesmo diante das tentativas de criminalização do partido, conseguimos eleger cerca de 20 vereadores oriundos do movimento sindical em todo o estado. As próximas eleições deverão se caracterizar por forte polarização, com aumento de conflitos.

50. Os sindicalistas do PT e o seu setorial estarão, como sempre, prontos para enfrentar essa situação.

51. Em 2021, a luta por vacina, emprego e renda ocupou a agenda dos sindicalistas do PT e a secretaria sindical esteve presente em todas as mobilizações pelo Fora Bolsonaro, contra o retorno presencial às escolas em meio a pandemia.

52. Também patrocinou, nas macros de Araçatuba, Bauru, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Noroeste Paulista, Presidente Prudente, Alta Paulista e Assis debates sobre as mudanças no mundo do trabalho, precarização, aumento da jornada, impactos das novas tecnologias, racismo e gênero entre outros. Temas que também objetivam colaborar com a construção de um plano de governo em nosso Estado para além da formação política de nossos quadros. Esse trabalho deve alcançar as macrorregiões faltantes.

53. O Encontro do Setorial Sindical da Capital realizado em novembro de 2017, nos deu a tarefa de reorganizar um setorial que não se organizava desde 2004, quando se formou o último setorial, mesma época em que um trabalhador metalúrgico, nordestino, assumia pela primeira vez a presidência da República.

54. O desafio de organizar o movimento sindical no PT numa cidade do tamanho de São Paulo já estava apontado na tese da chapa “Carlão Ramiro”, eleita para compor o coletivo Sindical da Capital: *“Na cidade de São Paulo temos 242 sindicatos com registro no Ministério do Trabalho, representando 18 ramos de atividade, com mais de um milhão de sócios declarados. Aqui em São Paulo se concentram as três maiores Centrais Sindicais do país, CUT, Força e UGT, e daqui nasceram os 2 partidos que mais governaram o país desde a redemocratização iniciada em 1985, PT e PSDB. Com uma população de 12 milhões de habitantes, a cidade de São Paulo, se fosse um estado, seria o quinto em população, a frente de RS, PR e PE. Representamos 26% da população do estado de SP, que por sua vez representa 22% dos 207 milhões de brasileiros.”*

55. De lá pra cá, foram diversas atividades empreendidas pelo Setorial, que procurou ser um elo entre o movimento sindical e o PT, pautando as questões sindicais dentro do Partido e levando as questões partidárias para a militância sindical.

56. Em 2018 foi um ano que teve como marco a luta dos trabalhadores públicos do município de São Paulo contra a Reforma da Previdência do então prefeito João Dória, que nada mais era senão um balão de ensaio do que viria a ser a Reforma implementada pelo governo Bolsonaro em 2019.

57. A histórica greve dos 100 mil iniciou em março e durou 20 dias, sendo

vitoriosa em suspender a votação do PL621/16, trazendo mais fôlego para a construção de novas estratégias de enfrentamento. O Setorial Sindical da Capital contribuiu nesse processo, promovendo no mês de abril um debate interno no Partido com a militância sindical e partidária para realizar o balanço político da greve junto com o então líder da nossa Bancada na Câmara Municipal, o vereador Antônio Donato.

58. O saldo político da greve foi muito positivo, impondo ao governo um grande desgaste e dificuldades para atingir seus objetivos durante meses, precisando se utilizar do período de recesso e férias dos servidores para levar novamente ao plenário o projeto do SampaPrev, aprovado no dia 26 de dezembro daquele ano com muita resistência da categoria e tendo como resposta uma nova greve que se iniciaria no início de 2019.

59. Ainda nesse ano foi realizado o primeiro curso de formação do Setorial Sindical, numa parceria entre a Secretaria Nacional Sindical, Secretaria Nacional de Formação, Fundação Perseu Abramo e Escola Nacional de Formação, envolvendo as Secretarias Sindicais dos Estados e Municípios. A participação da militância sindical da cidade e do estado de São Paulo foi expressiva.

60. O ano de 2019 começou com o Seminário Educação e Sindicato, uma parceria dos Setoriais Sindical e de Educação da Capital, para pensar os desafios da organização sindical da categoria no município de São Paulo, que é a base de representação de diversos sindicatos, como Sindsep, Sinpeem, Sedin, Sinesp, além da Apeoesp que representa a categoria em âmbito estadual. Também nesse ano tivemos o 7º Congresso do PT, com participação representativa de sindicalistas da capital e do estado.

61. Em 2020 as eleições municipais movimentaram o PT na cidade de São Paulo, e o movimento sindical se engajou durante todo o processo. Desde as prévias, quando no início de março a Secretaria Sindical Municipal organizou o debate com as pré-candidaturas para pautar as questões do mundo do trabalho. O debate contou com a presença de cinco das seis pré-candidaturas inscritas: Alexandre Padilha, Carlos Zarattini, Eduardo Suplicy, Jilmar Tatto e Kika Silva, sendo que Nabil Bonduki justificou sua ausência com uma carta que foi lida no plenário, além de contar com a presença de dirigentes e militantes sindicais de diversas categorias, proporcionando um rico debate, no qual foram apresentadas às pré-candidaturas pautas caras ao movimento sindical, como a liberdade de organização sindical, negociação coletiva, geração de empregos na cidade, entre outras.

62. O Setorial Sindical também organizou um ciclo de debates para a construção do programa de governo do candidato do PT; foram quatro

atividades que movimentaram a militância durante os meses de junho a agosto, cujos temas foram: Diagnóstico das políticas públicas de trabalho, emprego e renda na cidade; Serviços públicos de qualidade, trabalho e gestão; Ampliar o acesso ao trabalho e renda e retomar a Agenda do Trabalho Decente na cidade; Trabalho informal, precarização e os desafios da cidade. Construímos a muitas mãos o programa de governo, trazendo propostas inovadoras para a gestão pública, principalmente a partir do GT Sindical, mas também com o GT Ambulantes, GT Pequena e Microempresa, GT Organização Social, além de contribuições enviadas a outros GTs.

63. Foram várias as atividades e contribuições do movimento sindical na campanha do Jilmar Tatto a partir da organização do Setorial, sempre envolvendo lideranças oriundas de grandes entidades sindicais, mas sem deixar de incluir representantes de entidades de menor tamanho, que nos trouxeram contribuições imensas, como é o caso das trabalhadoras domésticas e ambulantes.

64. Inserimos o movimento sindical na coordenação da campanha do candidato, e mais do que isso, inserimos a pauta do trabalho na campanha como um dos eixos prioritários, com elaboração de materiais específicos, dos quais podemos destacar o dos serviços públicos, o dos trabalhadores de aplicativos e o da geração de 500 mil postos de trabalho, proposta elaborada em conjunto com o Dieese.

65. Destacamos também as cartas compromisso do candidato com os trabalhadores da GCM e com os ambulantes (esta foi assinada num ato/caminhada na Rua 25 de Março, também organizada por este Setorial). Além disso, organizamos o maior ato de rua da campanha do Jilmar: no Dia do Funcionário Público, fizemos uma caminhada pelas ruas do Centro para entregar o “Manifesto de Sindicalistas com Jilmar Tatto – Em defesa da vida, dos serviços públicos, da geração de emprego, renda e trabalho decente”, com mais de 2700 assinaturas.

66. Dentro da perspectiva de fortalecer as pautas da classe trabalhadora no Partido e na sociedade, construímos a candidatura do companheiro Hélio Rodrigues à vereança nos quatro cantos da cidade e obtivemos 20576 votos. Foi uma construção que partiu da avaliação da necessidade de que a classe trabalhadora esteja representada também no parlamento das cidades, do estado e do país.

67. No segundo turno das eleições, o setorial sindical se engajou na campanha do candidato do PSOL, que recebeu o nosso “Manifesto de Sindicalistas com Guilherme Boulos”, em atividade organizada junto com sindicalistas da CUT, CTB, Intersindical e NCST.

68. Em fevereiro de 2021, tivemos um importante ato de solidariedade aos camelôs, contra a violência policial sofrida diariamente por essa categoria. O Setorial Sindical da Capital também iniciou a discussão de dois projetos de lei para serem apresentados pela nossa bancada na Câmara Municipal, um para regulamentar a atuação das (os) trabalhadoras(es) Ambulantes e outro para trabalhadoras(es) de aplicativos, em conjunto com as Secretarias de Políticas Públicas e de Movimentos Populares do Diretório Municipal e com Secretaria Sindical Nacional.

69. Os atos do 1º de Maio neste ano foram descentralizados e contaram com grande engajamento do movimento sindical e partidário nas quatro regiões da cidade, com a realização de carreatas e ações solidárias nas periferias. Particularmente na Zona Oeste, foi a atuação da Secretaria Sindical que garantiu a realização da atividade, a partir da articulação com os Diretórios Zonais e Sindicatos da região Oeste.

70. Nesse período também tivemos uma grande greve da educação municipal em defesa da vida, que durou 120 dias e conquistou a antecipação da imunização de trabalhadoras(es) da educação municipal para o retorno às aulas com segurança.

71. No mês de julho, organizamos dois seminários do Setorial Sindical, reunindo lideranças petistas de vários sindicatos da capital, além de dirigentes do Partido e da CUT, para subsidiar a construção desta tese, com temas de conjuntura do mundo do trabalho, eleições 2022, relações entre o movimento sindical e o PT e também as lutas em curso, pelas vacinas e pelo Fora Bolsonaro, nos quais a militância sindical pode contribuir com ideias, formulações e propostas para fortalecer as lutas do próximo período.

As eleições de 2022

72. Segundo pesquisa Datafolha, divulgada em julho, Lula tem 46% das intenções de votos e seria eleito presidente da República já no 1º turno das eleições. Já na pesquisa XP/Ipespe, de 17 de agosto, Lula aparece com 40% e Bolsonaro, 24%, e venceria qualquer candidato no segundo turno. Mas, não convém nos apoiarmos somente em pesquisas, já que nosso principal oponente ocupa o Palácio do Planalto e tem a força da máquina estatal. Embora sua rejeição popular aumente a cada dia, por conta da economia, da crise na saúde e das ameaças que faz à democracia, não é desprezível a possibilidade de recuperação de sua competitividade eleitoral. Os trabalhadores devem estar atentos ainda em 2021,

mobilizando e organizando a classe, porque 2022 virá cheio de incertezas com perspectivas de acirramento intenso da disputa.

73. Os desafios estão postos: primeiro, manter-se atento à história recente do País que, por força de alianças políticas mal-sucedidas, os trabalhadores e a democracia foram vítimas de um golpe; e, segundo, por isso mesmo, redobrar a cautela quanto aos nossos possíveis aliados nessa jornada para não cometermos os mesmos erros do passado.

74. A tarefa primordial dos Setoriais Sindicais Nacional, Estadual e Municipal hoje é eleger Lula e, no Estado de São Paulo, levar o companheiro Fernando Haddad ao segundo turno das eleições para o governo do Estado. Suas chances crescem a cada dia, já que o campo da direita está bastante dividido e há boas chances de se consolidar a unificação do campo da esquerda.

75. Também é necessário atentar para a necessidade de aumentarmos a representatividade dos trabalhadores e trabalhadoras nos parlamentos estadual e federal. Por isso, se faz necessária a eleição dos companheiros e companheiras sindicalistas. A agenda sindical não pode avançar com a atual composição da Câmara Federal. No parlamento estadual em 2018, tivemos dois sindicalistas nas posições de mais votados do partido. É necessário manter esse desempenho eleitoral com mais sindicalistas.

76. A consolidação de um projeto democrático e de reconstrução do País e do Estado de São Paulo passa, necessariamente, pela construção de uma grande bancada de candidatos petistas, sobretudo, sindicalistas, ao Congresso Nacional e à Assembleia Legislativa do Estado.

Plano de Lutas

77. Tendo em vista as considerações sobre a conjuntura e as eleições do ano que vem, os setoriais sindicais do PT reafirmam, a partir de agora, e para os próximos quatro anos, as lutas gerais e específicas:

78. Incorporarmo-nos em todo o Brasil na luta pelo “Fora Bolsonaro”.

79. Lutar contra a reforma administrativa e a revogação das reformas da previdência e trabalhista.

80. Derrotar a reforma administrativa de Doria (PLC 26/2021).

81. Por uma política de valorização do salário-mínimo e pela instituição do salário mínimo do Dieese.

82. Pelo fim das políticas de privatização e terceirização.

83. Reforma tributária atrelada à geração de emprego e que desonere o salário.

84. Lutar pela recriação do Ministério do Trabalho e Emprego no Brasil.

- 59. Políticas públicas que garantam isonomia salarial de gênero e etnia.
- 85. Uso do poder de compra do Estado em todas suas esferas (nacional, estadual e municipal) para geração de emprego.
- 86. Criação de banco de desenvolvimento e fomento no Estado de São Paulo.
- 87. Instituição do Programa de renda básica universal e permanente em nosso estado.
- 88. Lutar por uma política industrial que recupere a capacidade produtiva da indústria paulista, acompanhada por uma política de inovação que a torne competitiva e que garanta direitos e empregos para os(as) trabalhadores(as) da indústria.
- 89. Lutar por uma forte política de apoio à agricultura familiar.
- 90. Por reforma agrária no estado de São Paulo.
- 91. Lutar pela recuperação do estado democrático de direito, impedindo a utilização dos aparelhos de Estado e suas instituições como instrumento de perseguição política ou às pessoas, punindo para valer os abusos de autoridade.
- 92. Pelo julgamento da suspeição de Sergio Moro e anulação dos processos contra o presidente Lula com a restituição dos seus direitos políticos plenos.
- 93. Pela justa reparação a todos os que foram injustiçados no mensalão e na Lava Jato.
- 94. Pela manutenção do auxílio emergencial
- 70. Lutar por testagem em massa e vacinação para todos, por meio do SUS.
- 95. Apoiar a ciência, a pesquisa, a cultura e uma forte política de preservação ambiental.
- 96. Apoiar a ciência, a pesquisa, a cultura e uma forte política de preservação ambiental.

Plano de ação dos Setoriais Sindicais Estadual e da Capital

- 97. Apoiar as pré-candidaturas de militantes petistas, sobretudo, os sindicalistas, ao Congresso Nacional, à Assembleia Legislativa de São Paulo e às Câmaras Municipais de todo o Estado.
- 98. Estabelecer a “Carta Compromisso” das pré-candidaturas com os sindicalistas petistas.
- 99. Fortalecer a pauta sindical no Diretório Municipal da Capital e no Diretório Estadual;

75. Estabelecer diálogo constante com todos os setoriais do Partido;
100. Promover o diálogo cotidiano e permanente nas comunidades e periferias.
101. Expandir a organização do setorial sindical nas cidades. No caso da Capital, expandir essa organização nas regiões da cidade, por meio dos Diretórios Zonais.
102. Estabelecer diálogo com os trabalhadores informais objetivando sua organização e luta.
103. Modernizar a comunicação interna do setorial sindical.
104. Resgatar atividades de rua e de impacto imediato tais como a abordagem de deputados nos aeroportos do Estado e em suas cidades.
105. Manter e incentivar debates sobre o mundo do trabalho e seus problemas (discriminação de gênero e raça, lgbtfobia, emprego de jovens e PCDs, precarização do trabalho, desemprego conjuntural e estrutural, aumento da jornada, saúde do trabalhador etc.)
106. Fortalecer laços do sindicalismo com as mulheres, jovens, negros(as), LGBTQIA+ e PCDs, estimulando seu protagonismo no movimento sindical e partidário, em busca de equidade na sociedade;
107. **“Fora Bolsonaro, Vacina no braço, Lula presidente e Haddad governador!”**

***Setoriais Sindicais
Estadual e Municipal de São Paulo do
Partido dos Trabalhadores***

Agosto de 2021